



FILHOS DE IMPÉRIO E PÓS-MEMÓRIAS EUROPEIAS
CHILDREN OF EMPIRES AND EUROPEAN POSTMEMORIES
ENFANTS D'EMPIRES ET POSTMÉMOIRES EUROPÉENNES

Sábado, 8 de fevereiro de 2020



Zungueira | 2018 | Cristiano Mangovo (cortesia do artista)

DE TRUMP AO CÃO-TINHOSO: NOTAS SOBRE A BESTA, O SER HUMANO E OUTRAS (IN)VERSÕES

Nazir Ahmed Can



Com o amparo de mecanismos de natureza jurídica, científica ou artística, a exploração da diferença tem sido, desde sempre, uma das vias mais seguras para o exercício da dominação. Por penetrar no cotidiano ao ponto de criar uma ilusão de espontaneidade, esta prática engendra uma “estrutura de sentimento”(1) cujos efeitos são perversos e duradouros. Ao reformular pautas, algumas muito antigas e outras nem tanto, o mundo de hoje reconstrói o cenário excepcional do “campo”, além de inventar outros que, por serem móveis e líquidos, poderiam ser chamados de “mares de concentração”. Ergue ainda novos muros (2), em cima dos quais algumas lideranças se sentam para observar a agonia continuada de indivíduos em situação de risco e sem qualquer dispositivo legal ou político que leia o seu caso. Confinados em territórios alheios ou em situação de movimento incerto, os diferentes “outros” da contemporaneidade conhecem ou reconhecem formas explícitas de estigmatização e de ameaça. Dentre as técnicas de manipulação que se mantêm vigentes para ratificar a condenação destas pessoas, a animalização é uma das mais eficazes. Devido às figuras que têm assumido posições de poder e à complacência das grandes potências e dos principais organismos internacionais cuja vocação seria a de mediar conflitos e repudiar ataques aos direitos humanos, os episódios proliferam no século XXI.

Donald Trump, presidente do país que detém o recorde de invasões a territórios alheios nas últimas décadas, orgulha-se das novas políticas desenhadas por seu governo: “Não se pode acreditar quão más são essas pessoas (...) Não são pessoas, são animais”. São já bem conhecidas, além disso, as imagens de crianças, filhos de imigrantes, enjauladas nos aeroportos norte-americanos. No Brasil, a autoridade máxima da República comparou recentemente a situação dos povos indígenas com a de animais encarcerados no zoológico. Acionando o clássico *ethos* do libertador, na não menos clássica posição de quem não foi convocado para tal, Jair Bolsonaro reiterou em 2019, em seu primeiro discurso na ONU, que certas organizações convertem o índio num “homem das cavernas” e que ele, o presidente, acabará com esta lógica. Ainda no Brasil, Wilson Witzel defende o “abate” de indivíduos que atentam contra a paz do Estado do Rio de Janeiro. Para não deixar dúvidas quanto ao alvo de sua sanha, o governador do Estado acompanhou uma operação da Polícia Civil e gravou um vídeo no interior de um helicóptero que sobrevoava e atirava contra pessoas de uma favela de Angra dos Reis. “Vamos botar fim na bandidagem”, declarou.

Em 2016, Binyamin Netanyahu, primeiro-ministro de Israel, revelou com assertividade a sua vontade de “circundar todo o país com uma cerca” de modo a protegê-lo das “feras selvagens”. Outro exemplo vem de Roszque, na Hungria, na fronteira com a Sérvia, que ficou tristemente célebre quando, em 2015, 150



refugiados lutaram pelo pão que era atirado a um reduto cercado onde aguardavam por comida. Como eram “incapazes de fazer filas”, explicou uma autoridade local, ordenou-se que contra eles se lançassem jatos de água e gás lacrimogêneo. Já em Moria, na ilha grega de Lesbos, refugiados protestaram em outubro de 2019 contra as condições insalubres a que se viram relegados naquele que é hoje o maior acampamento da Europa. Segundo a mídia que acompanhou o caso, aproximadamente treze mil pessoas vivem hoje neste espaço que foi projetado para acolher três mil. “Só os animais são tratados assim”, disse um dos manifestantes. Recuando um pouco até ao início do século, podemos encontrar no livro de Boris Johnson a seguinte comparação: “if gay marriage was OK – and I was uncertain on the issue – then I saw no reason in principle why a union should not be consecrated between three men, as well as two men, or indeed three men and a dog” (3).

Estas são apenas algumas ocorrências de uma prática eternamente renovada: a animalização do inimigo, que também é reinventado em permanência, consoante os contextos, os atores e os interesses em jogo. Seria ingênuo, pois, localizar a inspiração deste imaginário apenas no século XX, na figura do “*untermensch*”, o sub-humano reelaborado pelo fascismo alemão. A metáfora animal, que visa fundamentar a supremacia racial, funciona como filtro da alteridade em todas as eras da humanidade e é acionada por figuras públicas que, pertencendo quase sempre à mesma família ideológica, granjeiam apoio popular de tempos em tempos (4).

O campo literário, naturalmente, também se vê afetado pela visão de mundo que hierarquiza seres humanos e de toda a espécie. A oposição entre gregos (civilizados) e bárbaros (animalizados) é uma marca obsessiva em textos da Grécia Antiga, do mesmo modo que o registro ancorado na divisão entre “nós” e “eles” caracteriza diversas épocas e formas artísticas pré-modernas. Mas tal separação ganha consistência estrutural quando se inicia o processo de expansão ocidental no mundo. Neste ambiente – caracterizado também pela longa duração, ao ponto de seguir o seu curso na atualidade –, de onde emergem narrativas de viajantes e colonos, destaca-se a obra de Joseph Conrad. *No Coração das Trevas*, publicado pela primeira vez em 1902, é possivelmente o romance mais importante deste universo, tendo desde então contribuído para a formação de leitores e escritores de todas as partes (5). Notável no que tange à coesão formal, aos efeitos de ambiguidade que velam e simultaneamente desvendam sentidos, à eficaz aliança entre fragmentação da voz narrativa e unidade da matéria narrada, à criação de um herói e de um território inusitados e ao umbral de indistinção construído em torno dos discursos direto, indireto e indireto livre, este romance abre um conjunto de caminhos à literatura ocidental.



Junta-se a estes elementos a ironia, que assume plenamente a sua condição de tropo, escrutinando, entre outras coisas, a presença europeia no continente africano. Talvez por estes motivos, Conrad seja ainda hoje lido – na esfera contrária do que sobre ele foi dito por Edward Said (6) ou Chinua Achebe (7) – como um dos primeiros autores anticoloniais. Tais análises desconsideram, contudo, pelo menos dois aspectos: as linhas mais gerais do projeto literário de Conrad, que cooperaram abertamente com o tal projeto expansionista, e o próprio romance em questão, desequilibrado em tantos outros aspectos.

Em primeiro lugar, a ironia contida em *No Coração das Trevas*, visando a ocupação europeia do Congo, aqui reduzido ao “coração” (ou seja, o centro) “das trevas” (isto é, da África), dirige-se fundamentalmente aos “outros” europeus: os belgas que representam a política de Leopoldo II (“a administração deles era apenas exploração, nada mais, eu desconfio. Eram conquistadores, e para tal basta a força bruta... nada do que se gabar, pois a força é um acidente que decorre da fraqueza dos outros”, p. 28), os franceses (“Naquela imensidão vazia de terra, céu e mar, lá estava o navio, incompreensível, disparando contra um continente. Bum!”, p. 49), os indivíduos de diversas nacionalidades que formam parte das Companhias (“Arrancar tesouro das entranhas da terra era seu desejo, e seus princípios morais eram tão elevados quanto os de ladrões que arrombam um cofre”, p. 66), os dinamarqueses (“já fazia alguns anos que ele estava lá, engajado na causa nobre, os senhores entendem, e provavelmente sentiu necessidade de exigir respeito, de um jeito ou de outro. Daí, surrou o velho negro, sem piedade”, p. 30-31) e tantos outros viajantes e negociantes vindos da Europa que como Kurtz, representam o lado mais obscuro da empreitada. Fica subentendido que, para Conrad, o império britânico é, apesar de tudo, o menos mau de todos.

Por outro lado, apenas à personagem ocidental é conferida uma dimensão de humanidade, que pode ser degradada devido ao contato com o “continente gentio” ou pluralizada graças à experiência da viagem. Os africanos, sem exceção, são inscritos apenas para confirmar a selvageria incontornável do continente maldito. Deste modo, a população local é lida por redução e a sua diferença física e sociocultural mediada invariavelmente pela metáfora da besta. Eis algumas ocorrências desta estratégia: “Enquanto eu permanecia ali, paralisado pelo horror, uma das criaturas ergueu-se e pôs-se de quatro, e assim foi beber no rio. Para tal usou a mão, em formato de cuia, e depois sentou-se ao sol” (p. 45); “O timoneiro idiota, com as mãos nos raios do timão, levantava alto os joelhos, batia os pés no chão, arreganhava os dentes, como um cavalo freado” (p. 88-89); “Uma figura negra levantou-se e caminhou sobre longas pernas negras, sacudindo longos braços negros contra o clarão. Tinha chifres... chifres de antílope, creio eu... na cabeça” (p. 121).



Há quem possa dizer que neste ponto, precisamente, reside a genialidade transgressora de Conrad: construir uma narrativa na qual o imaginário do autor funcionaria como reverso simétrico daquilo que narradores e personagens anunciam. Mas, para tal, seria necessário um (único) indício textual que sinalizasse este horizonte de possibilidade. E não há. Por isso, qualquer leitura deste tipo fere o “pacto ficcional” (8) concebido pelo próprio autor. Inclusive quando o tal horizonte parece aflorar, sanciona-se – pela dupla negação – uma ideia de degenerescência: “não, não eram inumanos. Bem, os senhores sabem, isso era o pior... a suspeita de que não eram inumanos (...)” (p. 74-75). O negro das trevas só pode cumprir uma função básica depois de ser devidamente adestrado: “Tratava-se de um espécime aperfeiçoado, capaz de alimentar a caldeira vertical. Ficava abaixo de mim, e, palavra de honra, olhar para ele era tão edificante quanto ver um cão numa paródia, vestindo culotes e chapéu de pena, caminhando nas patas traseiras (...) Devia estar batendo palmas e pés na margem, mas, em vez disso, trabalhava duro, escravo de estranho feitiço, pleno de novos saberes. Era útil porque tinha sido instruído” (p. 76). Por tudo isso, o romance esbarra no princípio básico que deve orientar qualquer empreendimento artístico: o de prever o outro.

O excesso de comparações com o universo animal (que congela o que é alheio) e de adjetivação (que indicia a escassa familiaridade com o objeto narrado) são outros problemas que abalam a crença de que este texto renova o gênero romanesco (9). Afinal, a polifonia e o dialogismo, elementos centrais da estética que desembarca na modernidade, se vêem aqui bloqueados. Habitando um universo mortificado e pré-histórico, os africanos não são convidados a participar no coro de vozes que entretanto se esboça apenas à volta de uma parcela da sociedade do romance. Agigantados do ponto de vista físico, infantilizados no plano psicológico e animalizados, além de lidos explicitamente como preguiçosos, sujos, promíscuos e supersticiosos, eles são o necessário contraponto ao apelo civilizacional propagado pelas potências imperiais. Como tal, os africanos inventados pela canônica literatura de viagens, como a de Conrad, ou ainda pela literatura colonial portuguesa, de frágil alcance estético, em nada diferem dos indivíduos apresentados nos zoológicos humanos das exposições coloniais dos séculos XIX e XX.

Personagens, tempos e espaços, isto é, as três categorias que sintetizam a existência, são alvo de um avassalador processo de estereotipagem que legitima no plano simbólico a invasão, a violência ritualizada e a dominação territorial. Observando apenas a produção dos escritores africanos de língua portuguesa, constatamos que a resposta elaborada ainda antes das independências nacionais se apoia também, sobretudo, nestes três elementos. As populações locais deixam de ser vistas como um



bloco uniforme, desfilando de modo desabrido sua diversidade. Efeito correlato, sua humanidade é configurada em um movimento que não desconsidera a contradição. Também por este motivo, passam de uma condição secundária, de mera composição do cenário, como era habitual na estética colonial (10), para outra de protagonismo. Nesse processo, podemos realçar o papel desempenhado pelos animais. Se, por um lado, resgata-se com eles uma função decisiva que nos remete às literaturas orais, africanas e não só, baseada na ideia de que através do animal se infere o destino das pessoas, por outro, sua presença inverte um dos principais mitos imperiais: enquanto na literatura deste contexto o ser humano é animalizado, nas literaturas africanas o animal é humanizado.

O relevo que lhe é atribuído em algumas narrativas fundacionais da nacionalidade caboverdiana (“O galo cantou na baía”, conto de Manuel Lopes, publicado em 1939), angolana (“A estória da galinha e do ovo”, de Luandino Vieira, de 1963) e moçambicana (“Nós matámos o cão-tinhoso”, de Luís Bernardo Honwana, de 1964) comprova, já nos títulos, a preocupação dos autores em proceder a uma contraversão da história. Após as independências, em obras que contestam novas e velhas pedagogias do poder, as trocas simbólicas e materiais entre o animal e o ser humano continuam a funcionar como motor de criação: o destino do porco Carnaval da Vitória, que se cruza tragicamente com os paradoxos da jovem nação angolana, em *Quem me dera ser onda* (1982), de Manuel Rui, a mobilidade geográfica, histórica e de sentidos que favorecem *O Cão e os Caluandas* (1985) e *Parábola do Cágado Velho* (1996), de Pepetela, ou a luta da cobra e do leão, disseminada no corpo de Leónidas Ntsato e do território moçambicano, refreando o projeto de nação, em *As duas sombras do rio* (2003), de João Paulo Borges Coelho, são apenas alguns dos muitos exemplos que recuperam a complementariedade entre ambas as esferas.

É certo que a figuração do animal é tão antiga quanto a literatura universal, escrita ou oral, adquirindo uma vastidão de formas e funções cuja síntese seria uma missão fadada ao fracasso. Mas podemos talvez lançar a seguinte hipótese: pela recorrência de efeitos de inclusão, de interdependência simbólica e de verossimilhança criados, e pela transversalidade dos temas abordados, as literaturas africanas podem contribuir para uma efetiva mudança de paradigmas. De fato, dificilmente encontramos em outros campos literários uma representação tão reiterada e diversificada (estruturante, portanto) do universo animal. A singularidade desta representação tem a ver com o fato de estas literaturas (independentemente da língua de uso) não terem aceitado a separação mecânica entre o humano e o animal nem decretado morte às fontes de saber que o intertexto oral proporciona. Com base em tais opções, escritores e poetas articularam de maneira eficaz cultura e revolução. E isso se deu, como vimos, não apenas no tempo das independências.



Só poderíamos fechar estas notas, portanto, com as palavras de Ruy Duarte de Carvalho, autor de uma das propostas mais radicais da contemporaneidade, infelizmente interrompida com a sua morte, em 2010: “Estamos juntos todos, todos no mesmo barco, os homens todos e tudo quanto existe no universo inteiro. E se existirem outros universos, também eles, ainda, estarão junto connosco no mesmo barco. E deus não é uma entidade... É o total de um processo criativo e indecifrável em devir do qual cada um de nós, pessoa, animal, pedra, capim, astro, asteróide, vento, sopro e suspiro, desgosto e dor, euforia e glória, faz parte integrante e inalienável” (11).

(1) Said, Edward, *Cultura e Imperialismo* (2011), trad. Denise Bottmann, São Paulo: Companhia das Letras.

(2) Uma reportagem recente de Jamil Chade, a propósito das celebrações dos 30 anos da queda do muro de Berlim, oferece alguns dados sobre a multiplicação de fronteiras muradas no mundo. Segundo o jornalista, que se fundamenta em estudos realizados pela Transnational Institute e pela Universidade do Quebec, os países da União Europeia mantêm atualmente muralhas que somam seis vezes o tamanho do muro de Berlim. A justificativa, quase sempre, é o combate à imigração ilegal. Ao mesmo tempo, entre 70 e 75 muros estão em obras ou acabam de ser erguidos, enquanto em 1989 as obras não chegavam a 15. Por isso, sempre segundo Chade, “se todos os muros no mundo fossem alinhados num só local, completariam quarenta mil quilômetros, o que seria suficiente para dar a volta ao planeta”. Chade, Jamil (2019), “Cada um no seu quadrado”, [UOL](#).

(3) Johnson, Boris (2001), *Friends, Voters, Countrymen: Jottings on the Stump*, London: Harper Collins.

(4) Importa frisar que algumas destas personagens públicas que desprezam os direitos humanos mais básicos bradam, ainda que de maneira desarticulada e necessariamente oportunista, pelos direitos dos animais. É o caso dos ultradireitistas espanhóis do Hogar Social Madrid e de Matteo Salvini, em Itália, que revelou há pouco a intenção de criar leis de proteção a gatos e cães. Trata-se de uma causa com amplo apoio social, especialmente nas classes médias emergentes, e por isso é usada de maneira calculada como capital político pelas forças conservadoras.

(5) Utilizo neste texto uma das edições brasileiras do romance: Conrad, Joseph (2008), *No Coração das Trevas*, Trad. José Roberto O’Shea, São Paulo: Hedra. Chamo, porém, a atenção para a edição da Companhia das Letras, também de 2008, que conta com um posfácio de Luiz Felipe de Alencastre, dos mais bem documentados sobre a obra e sobre Conrad.

(6) Said, Edward, *Orientalismo* (2003), trad. de Pedro Serra, Lisboa: Cotovia.

(7) Achebe, Chinua (2012), *A educação de uma criança sob o protetorado britânico*, São Paulo: Companhia das Letras.

(8) Eco, Umberto (1994), *Six Walks in the Fictional Woods*, Cambridge: Harvard U.P.

Curiosamente, o excesso de adjetivação é uma marca que aproxima a literatura imperial da literatura “amadora” dos nossos dias: quanto menos se sabe sobre alguma coisa, mais adjetivos se lhe atribuem.

(10) Sobre as relações entre textos e contextos coloniais, vejam-se, por exemplo: Chaves, Rita (2002), “Colonialismo e vida literária no império português”, *Literatura e Sociedade*, v. 6, p. 200-211; e Noa, Francisco (2002), *Império, mito e miopia. Moçambique como invenção literária*, Lisboa: Caminho.

(11) Carvalho, Ruy Duarte (2010), “Decálogo neo-animista”, [Buala](#).



DE TRUMP AO CÃO-TINHOSO:
NOTAS SOBRE A BESTA, O SER
HUMANO E OUTRAS (IN)VERSÕES

Nazir Ahmed Can é Professor de Literaturas Africanas na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Os seus mais recentes projetos de pesquisa são financiados pela Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ – Programa Jovem Cientista do Nosso Estado) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq – Bolsa de Produtividade em Pesquisa, Nível 2). Atualmente é Professor Visitante na Universidade de Salamanca, no âmbito do CAPES-PrInt. O presente texto contou com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Finance Code 001, Projeto 88887.364731/2019-00, CAPES-PrInt).

MEMOIRS é financiado pelo Conselho Europeu de Investigação (ERC) no âmbito do Programa-Quadro Comunitário de Investigação & Inovação Horizonte 2020 da União Europeia (n.º 648624) e está sediado no Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra.

